

RESOLUÇÃO

Exame de Acesso ACFES Maiores de 23 Anos

LÍNGUA PORTUGUESA

PARTE I

Leia o texto seguinte e responda, depois, às perguntas.

Auto da contraordenação

Autoridade Nacional de Decência Literária

Aos nove dias do mês de março de 2021 foi lida por esta autoridade a obra *Os Maias*, do arguido José Maria de Eça de Queirós. Registaram-se vários incidentes de racismo, tanto da parte das personagens como do narrador. A leitura foi feita do modo habitual: primeiro, procedeu-se ao descarregamento do PDF da obra e, de seguida, pesquisou-se a palavra “preto”. Findo esse processo, fez-se um relatório completo do nosso entendimento da obra: “*Os Maias* é um livro de Eça de Queirós em que se verificam 77 ocorrências da palavra ‘preto’, a maior parte das quais relativas a olhos, cabelos, tecidos e chá.” A obra foi arquivada sob as referências temáticas “racismo”, “colonialismo” e “77”.

Foi também lida a obra *Os Lusíadas*, do arguido Luís Vaz de Camões. Entre outras infrações (inexistência de personagens vegans, por exemplo), esta autoridade detetou um episódio de idadismo, a atitude preconceituosa e discriminatória com base na idade, em relação a um cidadão sénior que, por causa desta obra, tem vindo a ser designado por “Velho do Restelo”. O referido idoso incorpora vários estereótipos normalmente associados à idade avançada, designadamente o facto de ser rabugento e de estar aos gritos numa praia, a falar sozinho.

Foi lida ainda a obra *Crónica de el-rei D. João I*, do arguido Fernão Lopes. O arguido descreve as circunstâncias do homicídio de um cidadão galego, chamado Conde Andeiro. O homicida é um homem que o arguido designa repetidamente por “Mestre”, e o ataque xenófobo do qual resultou a morte do cidadão galego nunca chega a ser condenado.

Em defesa dos arguidos foram ouvidas várias testemunhas que fizeram as alegações estafadas e inválidas do costume, tais como “contexto histórico”, “figuras de

- 25 estilo” e “aprendam a ler, palhaços”, pelo que esta autoridade conclui que as obras citadas
devem ser mantidas longe do alcance das crianças e incluir uma nota pedagógica nos
seguintes termos: “Estas personagens de ficção e respetivos autores não são tão bonzinhos
como nós. O racismo, a xenofobia e o idadismo são muito feios. Os autores destas obras
30 padecem de fortes aleijões morais mas, felizmente, já estão mortos, o que acaba por ser
um merecido castigo.”

*Ricardo Araújo Pereira, in Visão, n.º 1462, 11.03.2021
(ortografia adaptada ao Acordo Ortográfico de 1990)*

1. Esta crónica é caracterizada pela presença de ironia. Quais são as opiniões e o objetivo do autor do texto? **(Resposta até 12 linhas, 3 valores)**

Opiniões = as obras em causa não devem ser censuradas, não têm os problemas morais que lhes são atribuídos; a sua leitura, quando meramente superficial e com atitude censória, é ridícula

Objetivo = mostrar como a atitude censória de determinadas pessoas que “leem” todos os textos do passado à luz da sua ideologia atual e de forma completamente superficial é ridícula e dá origem a “resultados” absurdos

2. Atribua um outro título ao texto usando palavras suas e justifique a sua opção.
(Resposta até 9 linhas, 3 valores)

Várias respostas possíveis, desde que adequadamente justificadas.

3. Atendendo às ideias expressas no texto, comente o excerto: “Em defesa dos arguidos foram ouvidas várias testemunhas que fizeram as alegações estafadas e inválidas do costume, tais como “contexto histórico”, “figuras de estilo” e “aprendam a ler, palhaços”, pelo que esta autoridade conclui que as obras citadas devem ser mantidas longe do alcance das crianças [...]” (linhas 23-26). **(Resposta até 12 linhas, 3 valores)**

Este excerto é também irónico, pois mostra a autoridade a não recomendar estas obras literárias a crianças e a desvalorizar os argumentos válidos e relevantes que são aduzidos habitualmente e ignorados (“alegações estafadas e inválidas do costume”). Sublinha também a ignorância desta autoridade porque não tem em conta o “contexto histórico”, as “figuras de estilo” e, no fundo, não sabe ler.

4. Registe, na folha de respostas, o número da pergunta e a letra que identifica a única opção correta. **(1 valor)**

Na frase “Aos nove dias do mês de março de 2021 foi lida por esta autoridade a obra *Os Maias*, do arguido José Maria de Eça de Queirós.”, as vírgulas que isolam “do arguido José Maria de Eça de Queirós” servem para:

- A) marcar as pausas da leitura em voz alta;
- B) separar uma informação não essencial;
- C) destacar elementos essenciais na frase;
- D) marcar uma enumeração.

5. Registe, na folha de respostas, o número da pergunta e a letra que identifica a única opção incorreta. (1 valor)

Na frase “A leitura foi feita do modo habitual: primeiro, procedeu-se ao descarregamento do PDF da obra e, de seguida, pesquisou-se a palavra ‘preto’.”, as vírgulas em “e, de seguida, pesquisou-se...”:

- A) são obrigatórias para separar sujeito e predicado;
- B) isolam uma expressão com valor temporal;
- C) são facultativas;
- D) separam uma informação não essencial.

PARTE II

Após a leitura atenta do texto seguinte, escreva um texto expositivo que aborde, obrigatoriamente e com as suas próprias palavras, os seguintes pontos:

- Explicação da questão abordada e, pelo menos, duas das suas consequências negativas na ótica do autor **(3 valores + 1,5 valores para a expressão escrita)**;

Inteligência Artificial (IA) (capacidade de as máquinas/robôs resolverem problemas novos, de forma criativa, e, assim, desempenharem tarefas antigamente apenas realizáveis pelos humanos);

Consequências negativas:

- perda da maioria dos empregos, também dos intelectuais e já não apenas de profissões menos especializadas e menos ambicionadas;
- questões políticas e éticas relacionadas com o uso da inteligência artificial;
- problemas ao nível da fiscalidade.

- Apresentação de, pelo menos, três das recomendações do cronista **(3 valores + 1,5 valores para a expressão escrita)**.

- Familiarizar-se com o processo em curso, andar informado sobre o mesmo (para o cidadão comum);
- Prestar atenção e refletir sobre o processo em curso (para todos);
- Vigiar o processo e elaborar regulamentação para gerir, de forma ética, o uso da Inteligência Artificial (para os decisores políticos);
- Aproveitar as potencialidades da IA para resolver problemas do país (obras públicas, captação de investimento, megaprocessos judiciais).

(Resposta até 35 linhas)

Tem a palavra o Dr. Robô

A Inteligência Artificial tem merecido pouca atenção numa Europa a braços com a crise das crises – e ainda menos num Portugal de bruços com os casos dos casos. Os avanços no universo dos robôs são, todavia, galopantes como a inflação. [...]

5 É provável que nunca tenha ouvido falar da DoNotPay – aplicação para telemóveis que gera documentos legais. Criada com o intuito de ajudar utilizadores a contestar multas de estacionamento, a *app* desenvolveu-se e é, entretanto, “casa” do primeiro advogado robô: programa que ajuda os utilizadores a processar pessoas, empresas ou a contornar burocracia. Um robô que domina os meandros do Direito e elabora comunicados credíveis para apresentar à Justiça, dispensando parte do trabalho dos advogados. [...]

10 Levar o robô para tribunal é o próximo passo. Capaz de ouvir e processar o julgamento através do telemóvel do arguido, em simultâneo, o programa dar-lhe-á instruções via auricular sobre como argumentar contra uma multa de excesso de velocidade. [...]

O progresso da Inteligência Artificial é tão fascinante quanto assustador. Nos últimos anos, os robôs testemunharam a sua própria e vertiginosa mobilidade social: passaram de lavradores, escavadores e empilhadores a académicos, compositores e advogados. A vasta substituição de empregos humanos por máquinas já não acontece apenas ao nível das profissões menos especializadas, que as pessoas não querem. [...]

20 O proliferar de serviços prestados por robôs está apenas no início. A quantidade de questões políticas e éticas que daí resultam – logo a começar no emprego e no sistema fiscal – exigirá atenção, reflexão e ação. Antecipando a substituição futura das habilidades humanas por alternativas mais baratas, implacáveis, que não precisam de descanso nem férias, o sistema terá de se reorganizar. Até lá, cabe-nos andar informados. Aos decisores, cabe a vigilância e a regulamentação. [...]

25 Enquanto refletimos sobre a magna questão, apenas para chegar à conclusão de que estamos todos tramados, tiremos ao menos proveito da ameaça em Portugal: coloque-se um robô de capacete amarelo ao comando de todas as obras públicas. Um robô de fato e gravata a atrair investimento. Um meritíssimo robô de toga à frente dos megaprocessos judiciais. Se não temos como escapar aos colossais desafios da tecnologia, lucremos ao menos qualquer coisa. Portugal não pode acabar preso por ter robô e preso por não ter. [...]

Henrique Costa Santos, in Visão, 16.01.2023

FIM